

Aviso n.º 2872/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 17 de Janeiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Adão dos Anjos Gaspar Pereira, natural de São Paulo, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido a 04/03/1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

14 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2873/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização a Deusda Fondé Quinhare, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 19/08/1985, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

14 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 2874/2008**Recrutamento de pessoal (M/F) em regime de requisição.**

1 — Faz-se público que o Instituto dos Registos e do Notariado pretende recrutar, por requisição, ao abrigo do artigo 6º da lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, técnicos superiores, licenciados em Direito, para exercerem funções nos seus serviços centrais, em Lisboa.

2 — Requisitos de admissão — Ser funcionário público de serviços da Administração Pública Central e não estar abrangido pelo n.º 3 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio.

3 — A remuneração mensal a auferir é a correspondente ao índice e escalão aplicáveis, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

4 — Conteúdo funcional — Prestar apoio jurídico nas áreas do contencioso, recursos humanos e patrimonial, desenvolvendo, designadamente, as seguintes actividades:

a) Apoio jurídico aos recursos humanos — Emitir parecer e elaborar informações em matérias relativas ao regime jurídico do pessoal do IRN, I. P.; apreciar e proferir parecer em processos de consulta, reclamações e recursos do mesmo pessoal; preparar e acompanhar a intervenção do IRN, I. P., em processos jurisdicionais e instruir e elaborar as respectivas peças processuais;

b) Infra-estruturas, aquisições, gestão de equipamentos e comunicações — Assegurar as acções necessárias à satisfação das necessidades dos serviços no domínio das instalações; promover, realizar e acompanhar os procedimentos de aquisições de equipamentos, bens e serviços; desenvolver concursos centralizados de aquisição de bens e serviços, para celebração de contratos públicos de aprovisionamento.

5 — Requisitos profissionais — Possuir conhecimentos e experiência, nas áreas de actividade funcional acima referidas, particularmente, no domínio do contencioso administrativo, arrendamento, empreitadas, contratação pública, aquisição de bens e serviços.

6 — Prazo para apresentação de candidaturas — 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso.

7 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento datado e assinado, dirigido ao Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Praça Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, nacionalidade, data de nascimento, habilitações literárias, data do ingresso na função pública, categoria detida e serviço a que pertence, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone de contacto.

8 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado e assinado;

b) Documento comprovativo das habilitações literárias exigidas;

c) Declaração actualizada, emitida pelo serviço de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a natureza do vínculo, a categoria e carreira em que se encontra inserido, bem como a antiguidade na categoria, carreira e função pública e as três últimas classificações de serviço.

10 de Janeiro de 2008. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho n.º 2951/2008

Por despacho do Presidente deste Instituto, de 31 de Outubro de 2007, foi Maria Raquel Silveira Trambulhão da Cunha Neiva, primeira ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo do município de Setúbal, ficando afecta à Conservatória do Registo Civil de Setúbal, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

11 de Janeiro de 2008. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado

Listagem n.º 29/2008

Transferências efectuadas pelo Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado (FRRC) no 2º Semestre de 2007, nos termos estabelecidos na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto

Entidade	Montante Transferido	Entidade Decisora	Data da Decisão
António Padinha Tarujo Formigal	150.638,06	Conselho Directivo	25/07/2007
Condomínio Espaço Chiado	5.699,36	Conselho Directivo	04/12/2007
Condomínio Prédio Largo da Trindade, 14 a 16	23.985,73	Conselho Directivo	14/12/2007
Condomínio Prédio Largo S. Carlos, 8 a 10/R.Anchieta, 8	20.127,77	Conselho Directivo	04/12/2007
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora do Loreto	295.670,77	Conselho Directivo	25/07/2007 e 14/12/2007
Frاندur Nove-Gestão Imobiliária e Mobiliária, Lda.	110.866,01 a)	Conselho Directivo	25/07/2007 e 02/10/2007
	67.764,04		02/10/2007 e 14/12/2007
Imperial - Cooperativa de Habitação e Construção, Lda.	661,38 a)	Conselho Directivo	04/12/2007
	13.629,09		
Irmandade do Santíssimo Sacramento da Paróquia de Nossa Senhora da Encarnação	539.468,02	Conselho Directivo	04/12/2007 e 14/12/2007

a) Reembolsável.

31 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Biencard Cruz*.